

ATA DA 38ª REUNIÃO DO CONEMA

Aos dezenove dias do mês de outubro de dois mil e doze, foi realizada a 38ª reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONEMA, com a presença do Secretário Estadual do Ambiente e Presidente do CONEMA, Sr. Carlos Minc, Antônio Carlos Freitas de Gusmão (Secretário Executivo), do Subsecretário Luiz Firmino Martins Pereira, e dos Conselheiros Lucia Barbosa (INEA), Alceo Magnanini (BIOSFERA), Verônica da Matta (ALERJ), Alberico Martins Mendonça (SEAPEC), Paulo Pizão (FIRJAN), Cristina Novais de Souza (FAFERJ), Deise Keller Cavalcante (SEEDUC), Vanessa A. Lima (ANAMMA), Romero Alves de Souza (FAMERJ), Flavio Ahmed e Rogério de Lima e Silva Caldas (OAB), Jorge Luís Eduardo Ferré Quispe e Marco Leão Gelman (APEDEMA), Alexandre de Gusmão Pedrini (REARJ), Harley Moraes Martins (CRQ), Benedicto Humberto R. Francisco (Clube de Engenharia). O Secretário Executivo do CONEMA, Sr. Antônio Carlos Freitas de Gusmão, abriu a reunião às 10h50min e iniciou lendo a Ata das reuniões dos dias 10/08/12 e 17/08/12, a qual foi aprovada. A Conselheira Verônica da Matta indagou ao Secretário Minc quais os procedimentos para encaminhamento ao CONEMA de propostas de Resolução oriundas da SEA, uma vez que as propostas oriundas do INEA são aprovadas pelo CONDIR. Em resposta, o Secretário Minc afirmou que as propostas de Resolução oriundas da SEA necessitariam da prévia aprovação dele, no processo, antes de serem encaminhadas ao CONEMA. Assim ficou acordado. O Secretário Minc solicitou que o Secretário Executivo acompanhasse o cumprimento desse procedimento administrativo. Em seguida, o Secretário Minc propôs apresentar as principais atividades da SEA em 2012, que seriam sintetizadas em cinco assuntos principais. Foi combinado que após a apresentação os Conselheiros iriam se manifestar e o Secretário Executivo iria intermediar e separar em blocos as perguntas. Os assuntos seriam: 1º) Criação de Parques; 2º) Erradicação dos lixões; 3º) Recuperação Ambiental – Rios e Lagoas; 4º) Saneamento, 5º) Licenciamento Ambiental. **1º ASSUNTO: Criação de Parques:** O Secretário Minc informou que o Estado do Rio de Janeiro deixou de ser o campeão nacional do desmatamento. Segundo dados da SOS Mata Atlântica e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, em 2011 foram identificados poucos focos de desmatamentos. Lembrou que desde 2007 a área dos Parques Estaduais praticamente dobrou, passando de 105 mil para 200 mil hectares. Este significativo acréscimo trouxe outros benefícios como o ecoturismo, a criação de empregos verdes, concursos para Guardas Parque, além de incentivar os municípios para uma maior pontuação no ICMS Verde. Lembrou que as áreas do Mendanha e do Gericinó, do ponto de vista ecossistêmico, são mais ricas do que as da Floresta da Tijuca e da Pedra Branca. Anteriormente a Secretaria tinha dificuldade para gastar os recursos arrecadados pelo FMA. Os recursos eram aplicados lentamente. A criação do FUNBIO facilitou a implantação de sedes, subsedes, centro de visitantes, centro de pesquisa, Parques, cabines para guardas e outras melhorias nas Unidades de Conservação, tanto para as estaduais quanto para as municipais. Neste momento, o Conselheiro Alberico Mendonça pediu a palavra e solicitou que o relatório especificando os gastos nas Unidades de Conservação fosse enviado para o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - CERBMA, do qual também é Conselheiro. **2º ASSUNTO: Erradicação dos Lixões:** Neste segundo tema, o Secretário explicou que em 2007 a situação da destinação dos resíduos urbanos no estado era caótica. O destino de 90% do lixo gerado era os lixões. Apenas 10% eram encaminhados para Aterros Sanitários. Hoje o quadro se inverteu, pois 90% do lixo gerado vai para Aterros Sanitários licenciados. Lembrou que a Ministra do Meio Ambiente recentemente declarou que o Rio de Janeiro deverá ser o primeiro estado a cumprir a meta estabelecida pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, de encerrar os lixões até o final de 2014. Elencou como principais instrumentos e desafios: 1) A criação de Aterros Consorciados, procedimento que começou em 2008, com recursos do FECAM. Neste sentido foi encaminhado na semana passada, na ALERJ, um Projeto de Lei sobre os Aterros Consorciados; 2) Recursos do FECAM para implantação de aterros; 3) O licenciamento de aterros privados. A legalização destas atividades é muito difícil e um desafio para a SEA. Sem aterros licenciados não seria possível atingir a meta da erradicação dos lixões. Acabamos com os lixões que poluíam a

Baía de Guanabara. Alguns políticos criticam a implantação dos Aterros Sanitários em seus municípios, mas não se posicionavam contra os lixões; 4) Catadores: O Programa Federal denominado SEMAES organizou a cooperativa dos catadores visando aproveitar a matéria prima reciclável. O Secretário lembrou ainda que em relação ao ICMS Verde foram estabelecidas novas faixas para pontuação com a coleta seletiva. Os critérios anteriores eliminavam a possibilidade dos municípios pontuarem e a consequência era uma coleta seletiva ineficiente. Na nova regra passou a pontuar o município que dá a sede para o Aterro Consorciado. Um Aterro Sanitário operando com chorume tratado constitui-se em renda para o município. Explicou que a SEA criou um mecanismo interessante que é a compra do lixo tratado. O resultado foi um aumento significativo na coleta seletiva em cinco anos e meio. Outro exemplo positivo foi a consolidação do Programa de Coleta de Óleo Usado - PROVE, que em 2011 retirou do ambiente cerca de 6,5 milhões de litros de óleo usado, aumentando assim a arrecadação das cooperativas de catadores. **3º ASSUNTO: Recuperação Ambiental - Rios e Lagoas:** Havia um passivo ambiental muito grande. As pessoas foram ocupando as encostas e as margens dos rios. O reflexo do déficit habitacional era a ocupação irregular. Assim, a grande maioria dos rios foi sendo devastada. Outro exemplo é a Lagoa de Araruama, que praticamente fechou o Canal do Itajuru. Após sucessivas ações de desassoreamento e abertura do canal, a qualidade da água melhorou e aquela região tornou-se uma das melhores do Estado. As peixarias foram reabertas e o turismo foi incrementado, proporcionando atividades como o Festival do Camarão e o Festival de *Windsurf*. O que prejudicava o desenvolvimento da região era o lançamento de esgoto e o assoreamento do referido canal. Com as intervenções voltou o emprego, o lazer e foi resgatada a vocação da região. A ideia é fazer o mesmo tipo de intervenção nas Lagoas de Jacarepaguá e Barra da Tijuca. Atualmente, 85% do esgoto da Barra, 75% do Recreio e 45% de Jacarepaguá estão conectados na rede de coleta. O desafio é conseguir a ligação em áreas de comunidade. Há seis anos não havia esgoto tratado na região. Hoje chega a 55% do esgoto gerado. Para recuperar o complexo lagunar não basta o saneamento, pois foram trinta anos de assoreamento. Vai começar um programa de recuperação com obras orçadas em 600 milhões de reais. O projeto foi apresentado para a sociedade em Audiência Pública realizada recentemente. A execução do projeto está prevista para dois anos. Os recursos já foram disponibilizados. Esclareceu também que obras de saneamento foram realizadas nos Rios Iguaçu, Botas e Sarapuí. Foram dragados 60 km de rios e 3.000 famílias relocadas, com compra assistida. Foram retirados cerca de 42.000 pneus dos rios e, em paralelo, efetuado um trabalho de Educação Ambiental. A população se conscientizou que o rio não pode ser a lata de lixo dos moradores. O Secretário anunciou que pretende fazer o mesmo nos rios Imboaçu e Alcântara em São Gonçalo. Nos locais onde foram feitas as intervenções ninguém mais morreu ou teve a casa inundada. Concluiu este bloco afirmando que para as obras serem eficientes e permanentes é necessário conjugar desassoreamento e saneamento. **4º ASSUNTO: Saneamento:** O Rio de Janeiro é o estado com a maior concentração de habitantes na região metropolitana. Há seis anos o percentual de esgoto tratado era de 12% e hoje é de 35%. Reconheceu que, apesar da melhoria, o passivo é ainda muito grande. O compromisso olímpico é tratar 80% do esgoto que chega à Baía de Guanabara. Só iremos atingir esta meta se combinarmos os métodos mais convencionais de tratamento com todas as formas de recursos. Vamos combinar as Unidades de Tratamento de Rios – UTRs com os métodos convencionais. As UTRs são móveis e podem ser transferidas de local no entorno da Baía de Guanabara. O planejado é avançar com o saneamento tradicional e implantar seis UTRs no entorno da Baía de Guanabara. A primeira UTR será no Rio Irajá, em parceria com a REDUC, com a previsão de tratar 12% do esgoto atualmente lançado na Baía de Guanabara. O tratamento em todas as estações será em nível secundário completo, que alcança uma eficiência de 80%. **5º ASSUNTO: Licenciamento Ambiental.** O procedimento de licenciamento ambiental evoluiu nos últimos anos. No final de 2006 havia uma pilha com cerca de mil processos aguardando Parecer Técnico. Na mesma pilha havia todo tipo de atividade potencialmente poluidora. Uma siderúrgica, uma refinaria ou um posto de gasolina pertenciam à mesma pilha. A primeira providência foi a implantação da

descentralização. Assim, a FEEMA pode concentrar os seus recursos naquelas atividades com potencial de causar significativos impactos. Após a criação do INEA e com a realização do primeiro concurso público na área ambiental no nosso estado o setor de licenciamento passou a ter mais recursos humanos. Um bom indicador da melhoria do serviço é o número de licenças concedidas em 2011. O INEA expediu 3.500 e os municípios 3.400. Anteriormente um técnico da FEEMA se deslocava do Rio de Janeiro até determinado município para verificar o cumprimento das restrições de uma licença. Hoje o técnico municipal simplesmente atravessa uma rua para fazer o mesmo trabalho. Foram criados métodos mais rigorosos, mais ágeis e mais eficientes. O Portal do Licenciamento constituiu-se em uma outra ferramenta importante, pois facilitou o acesso às informações. Além das Compensações Ambientais previstas na Lei do SNUC foi criada a Condicionante Ambiental, que em média atinge 1% do custo do empreendimento. O valor arrecadado é aplicado diretamente em benefícios ambientais na área de influência da atividade que solicitou o licenciamento. Exemplo desse procedimento ocorreu no licenciamento do COMPERJ. Os valores aplicados em saneamento, oferta de água e reflorestamento atingiram cerca de 10% do custo total do empreendimento. Outra decisão importante foi a negativa do pedido de ampliação do Terminal TEBIG, em Angra dos Reis. Não foi uma decisão unilateral da SEA e sim uma decisão conjunta de um Grupo de Trabalho formado por três Secretarias Estaduais. O apoio às atividades do Pré-Sal não deve ser na Baía da Ilha Grande, que apresenta boas condições ambientais e um potencial turístico ainda a ser explorado. Os exemplos foram citados para demonstrar que a SEA pode aprovar a implantação de uma atividade potencialmente poluidora, exigindo todos os controles e tecnologias de última geração e, em outros casos, negar, mesmo que o pedido seja objeto de prosperidade e emprego. Quem está no poder precisa criar instrumentos jurídicos, políticos, ambientais e tecnológicos, visando a solução dos problemas. São desafios permanentes. O Secretário reconheceu a importância do trabalho desenvolvido pelos colegiados existentes na Secretaria. A CECA, o CONEMA, o FECAM, a CCA tiveram suas composições alteradas no sentido da participação da Sociedade Civil. O Rio de Janeiro encontrou um caminho democrático que fortaleceu a área ambiental. Uma área ambiental consistente e com profissionais preparados alavanca o desenvolvimento. Em seguida o Secretário encerrou sua apresentação e passou a palavra para os Conselheiros que se inscreveram para suas considerações. Foi combinado que as intervenções seriam divididas em blocos. Inicialmente a representante da FAFERJ, Senhora Cristina Novais, reconheceu a transparência da SEA no trato das questões ambientais, mas ressaltou que, apesar do esforço do governo, a coleta do lixo nas favelas é deficiente. Sugeriu uma melhor interlocução entre a FAFERJ e a SEA visando uma posição consolidada para o Fórum Nacional das Favelas. A segunda intervenção foi do representante da APEDEMA, Senhor Jorge Ferre, que mencionou a necessidade da regularização da oferta de água em algumas comunidades de Arraial do Cabo. Concluiu enfatizando a importância da realização de um levantamento dos posseiros residentes no Morro da Cabocla, uma Área de Proteção Ambiental. A terceira intervenção foi da Conselheira Verônica da Matta, da ALERJ, que mencionou a importância da utilização do Zoneamento Econômico Ecológico-ZEE como instrumento básico de gestão para facilitar tomadas de decisão, principalmente no que se refere à implantação de atividades potencialmente poluidoras. Prosseguiu falando da importância da criação dos Centros de Tratamento de Resíduos - CTRs, que não se localizam necessariamente nos aterros sanitários. Sugeriu que, em conjunto com o programa de implantação de Aterros Sanitários no Estado do Rio, sejam implantados os CTRs, visando o reaproveitamento de resíduos e, conseqüentemente, a redução do volume encaminhado aos aterros sanitários. Concluiu propondo que o Estado reassumisse a gestão dos tributários do Canal do Cunha, a fim de concluir as obras necessárias ao projeto, ou pressionasse a Prefeitura do Rio de Janeiro a executá-las. A quarta intervenção foi do Conselheiro Romero Alves de Souza, da FAMERJ, que lembrou que os moradores das favelas resolveram as questões de moradia no Rio de Janeiro, pois lá se concentravam os trabalhadores da construção civil. Encaminhou proposta para criação de uma Câmara Técnica dentro do CONEMA específica para discutir as questões referentes a favelas. Após esta intervenção foi concluído o primeiro bloco de perguntas.

172 Com relação aos questionamentos sobre as favelas, o Secretário argumentou que, na
173 sua administração, criou dentro da SEA a Superintendência de Território e Cidadania -
174 STC. Esta Superintendência desenvolveu a Fábrica Verde nas comunidades do Alemão,
175 Rocinha e Salgueiro, criou o projeto Ecomoda na Mangueira, Comunidades Verdes no
176 Fogueteiro, Alemão, Formiga e Batan e o Projeto Ecobuffet no Salgueiro. Concluiu
177 sugerindo que houvesse uma articulação entre a FAMERJ, a FAFERJ e a STC. A
178 FAFERJ não vê necessidade da criação de Câmara Técnica específica para discutir as
179 questões das favelas, pois já se considera contemplada nas Câmaras Técnicas
180 existentes. Quanto às questões levantadas pelo Conselheiro Jorge, da APEDEMA-RJ, o
181 Secretário Minc esclareceu que a APA da Cabocla passou a integrar o Parque da Costa
182 do Sol. Foram identificados quarenta e cinco posseiros que, no futuro, poderão atuar
183 como Guardas Parque. O Secretário encaminhou pedido ao Subsecretário Luiz Firmino
184 Pereira para que faça um levantamento atual da área da APA da Cabocla. Concluiu
185 informando que o INEA tem realizado outras ações naquela área combatendo, inclusive,
186 a pesca predatória. Em relação à Conselheira Verônica, o Secretário concordou com a
187 importância da criação do ZEE, lembrando que, quando Ministro do Meio Ambiente,
188 implantou o ZEE Federal. Quanto à criação dos CTRs nos Aterros, o Secretário lembrou
189 que os Aterros Sanitários de São Gonçalo, Itaboraí e Seropédica têm como exigência a
190 conversão do lixo ruim em energia renovável. O lixo bom deverá ser reaproveitado pelos
191 catadores, que atuarão nos CTRs mencionados pela Conselheira. Quanto ao Canal do
192 Cunha, a administração é municipal mas o Estado opera a Estação da Alegria e
193 realocaliza as populações que ocupam irregularmente as imediações. Em seguida,
194 iniciando o segundo bloco de perguntas, o Conselheiro Harley Martins, do CRQ, elogiou a
195 importância da apresentação feita pelo Secretário, que considerou uma prestação de
196 contas ao CONEMA. Criticou a eficiência do "Programa Jogue Limpo", que trata da
197 destinação de embalagens de óleo lubrificante. Concluiu convidando o Secretário para
198 uma apresentação no CRQ. O Conselheiro Alexandre Pedrini, da Rede de Educação
199 Ambiental Estadual, pediu que o Secretário encaminhasse o Relatório de Gestão do
200 INEA ao CONEMA. Solicitou ainda uma maior divulgação das ações e projetos da SEA e
201 do INEA referentes à Educação Ambiental. O Sr. Secretário Executivo do CONEMA
202 aceitou e concordou com as argumentações do Prof. Pedrini no sentido de convidar as
203 gestoras de Educação Ambiental da SEA para apresentarem, ao CONEMA, um relato de
204 suas atividades. Em seguida encerrou a reunião às 13h50min, solicitando que se
205 lavrasse a presente Ata, que é assinada por mim, Antônio Carlos Freitas de Gusmão, Rio
206 de Janeiro, 19 de outubro de 2012.